

### AZUL, PRETO OU BRANCO? ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO TROFÉU GRALHA AZUL

<sup>1</sup>Shayene Ferreira de Jesus

**Resumo:** O artigo analisa a implementação de ações afirmativas na 41ª edição do Troféu Gralha Azul, problematizando seus efeitos no campo do reconhecimento artístico e sua capacidade de enfrentar desigualdades raciais estruturais. Parte-se da compreensão de que o mérito artístico não opera como categoria neutra, mas como construção social situada em disputas simbólicas e institucionais. A pesquisa adota a metodologia pesquisa-ação, considerando a inserção da autora no contexto institucional da premiação, e articula o caso às discussões sobre reconhecimento, redistribuição e desenho de políticas públicas. A controvérsia em torno da premiação, expressa em manifestações públicas que a denominaram “Gralha Branco”, bem como denúncias encaminhadas ao Ministério Público e a posterior abertura de consulta pública em 2026, evidenciam a disputa por legitimidade institucional. Identifica-se como um dos principais limites da medida afirmativa a ausência de parâmetros demográficos e normativos que orientem a definição de percentuais proporcionais à realidade populacional do Paraná, diferentemente do que ocorre em políticas federais como a Política Nacional Aldir Blanc. Argumenta-se que a intervenção restrita à etapa final do reconhecimento não altera as desigualdades estruturais que atravessam a formação, o financiamento e a circulação artística. Conclui-se que, sem diagnóstico empírico consistente, metas proporcionais e mecanismos de monitoramento, a política tende a operar predominantemente no plano simbólico. O estudo aponta como agenda futura a necessidade de mapear a composição racial do setor cultural paranaense, analisar o ciclo completo da política cultural e avaliar a efetividade redistributiva das ações afirmativas em premiações públicas.

**Palavras-Chave:** Paraná; Cultura; Racismo; Editais culturais; Teatro.

## INTRODUÇÃO

O Troféu Gralha Azul é a mais tradicional premiação do teatro paranaense, criada em 1974 para reconhecer artistas, técnicos e produtores das artes cênicas no Estado. Organizado pelo Centro Cultural Teatro Guaíra, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, o prêmio ocupa posição central na produção de reconhecimento simbólico e na legitimação de trajetórias no campo teatral.

A escolha do nome não é casual. A gralha-azul, ave-símbolo do Paraná, está associada à preservação da araucária, já que dispersa suas sementes e contribui para a

---

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação - PPGCOM-UFPR. Email: shayimprensa@gmail.com

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

manutenção da floresta. Ao adotar esse símbolo, a premiação inscreve-se numa narrativa de cultivo e continuidade: o teatro como semente que precisa ser espalhada, cuidada e reconhecida para que o ecossistema cultural se mantenha vivo.

Desde sua criação, o troféu atravessou diferentes momentos políticos e institucionais do Estado. Nas décadas de 1970 e 1980, consolidou-se como espaço de encontro de uma cena ainda fortemente concentrada na capital. Com a ampliação das políticas culturais e a interiorização de grupos e festivais, passou a incorporar produções de diversas regiões do Paraná, tensionando critérios, categorias e modos de avaliação. Essa expansão não ocorreu sem disputas. Como toda instância de consagração, o prêmio também delimita fronteiras: o que é considerado teatro relevante, quais estéticas ganham visibilidade, quais trajetórias se tornam memoráveis.

Ao longo dos anos, as categorias foram sendo ajustadas para contemplar a complexidade da produção cênica. Interpretação, direção, dramaturgia, cenografia, iluminação, figurino, sonoplastia, produção e espetáculo do ano figuram entre os eixos centrais de reconhecimento. Esse desenho evidencia que o teatro é uma arte coletiva e que a autoria não se restringe ao palco, mas envolve uma cadeia criativa e técnica frequentemente invisibilizada.

Na 40ª edição, realizada em 2023, manifestações presenciais e repercussões nas redes sociais denunciaram racismo institucional na premiação, sendo questionado por não ter produzido uma ampliação efetiva do reconhecimento, levando o prêmio a ser apelidado de “Gralha Branco” e gerando mobilizações do movimento negro e do SATED/PR em defesa de mudanças no edital (Plural, 2023).

Tomarmos como referência a definição de racismo de Banaji (2019),

O racismo pode ser definido como uma forma de discriminação sistemática, ideologicamente motivada, nas dimensões material e discursiva, baseada em uma crença consciente ou inconsciente na superioridade dos membros de uma ‘raça’ – geralmente caucasianos, de pele ‘branca’ – sobre membros de outras ‘raças’.

Assim, torna-se necessário deslocar o debate do plano moral individual para o plano estrutural. A crítica dirigida ao Gralha Azul não se limitou à acusação de atitudes explicitamente racistas, mas apontou para um possível padrão reiterado de exclusão ou sub-representação, isto é, para a dimensão sistêmica do reconhecimento.

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

O Teatro Guaíra reconheceu a problemática, o prêmio foi pausado por quase dois anos. É nesse contexto que, na 41ª edição, realizada em 2025, o Galha Azul incorporou um prelúdio de ações afirmativas. Diante desse marco, este artigo questiona se o ponto extra previsto no edital funciona como mecanismo de correção de desigualdades estruturais historicamente presentes na premiação ou se opera, sobretudo, como compensação simbólica tardia frente às disputas por legitimidade institucional.

### OBJETIVO

Analisar a implementação das ações afirmativas na 41ª edição do Troféu Galha Azul, avaliando se seus efeitos contribuem para a redução de desigualdades estruturais ou permanecem restritos ao plano simbólico.

### METODOLOGIA

O estudo adota a pesquisa-ação, compreendida como um processo investigativo que se constrói pela oscilação sistemática entre agir na prática e refletir criticamente sobre ela, visando simultaneamente à produção de conhecimento e ao aprimoramento da própria prática (TRIPP, 2005).

A escolha se dar pelo fato de a autora atuar na autarquia e ter participado da 41ª edição do Troféu Galha Azul, como apresentadora da cerimônia, o que possibilitou o acompanhamento situado dos debates institucionais, das decisões normativas e de seus desdobramentos.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas interligadas.

#### I. Observação participante do processo institucional

Durante o ciclo de formulação e execução do edital, foram as discussões institucionais envolvendo representantes da autarquia, do sindicato da categoria e da comunidade artística. Essa etapa permitiu identificar as demandas que tensionaram a legitimidade da premiação e os argumentos mobilizados para a adoção das ações afirmativas.

#### II. Análise documental do edital e de seus dispositivos normativos

Realizou-se leitura sistemática do Edital de Concurso nº 01/2025, com foco no capítulo referente às ações afirmativas, nos critérios de avaliação e no mecanismo de indução de nota. A análise buscou identificar coerência entre problema diagnosticado, instrumento adotado e efeitos esperados, à luz do referencial de políticas públicas.

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

### III. Registro e análise de situações concretas de implementação

Foram examinadas situações ocorridas durante a aplicação da política, especialmente nas categorias individuais, nas quais a autodeclaração produziu efeitos diferenciados em criações coletivas. Essa etapa permitiu observar limites operacionais e tensões não previstas no desenho inicial da medida.

### IV. Reflexão crítica e sistematização analítica

A etapa final consistiu na articulação entre a experiência empírica e o referencial teórico mobilizado. A análise buscou compreender se o instrumento adotado configura mecanismo efetivo de correção de desigualdades estruturais ou se opera predominantemente como resposta simbólica a pressões institucionais e sociais.

A posição institucional da autora, longe de comprometer a pesquisa, foi tratada como elemento metodológico central, permitindo acesso qualificado às dinâmicas decisórias e aos processos de implementação. Para mitigar riscos de parcialidade, a análise foi fundamentada em documentos oficiais, registros formais e referencial teórico consolidado, garantindo rigor e reflexividade.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O debate sobre ações afirmativas em premiações culturais exige, inicialmente, problematizar a noção de mérito artístico. Em perspectiva sociológica, o mérito não opera como categoria neutra, mas como construção social situada. Conforme argumenta Bourdieu (1996), o campo cultural é estruturado por disputas simbólicas nas quais diferentes agentes competem por capital específico, legitimidade e consagração. O reconhecimento artístico, nesse contexto, funciona como mecanismo de validação interna do campo, reproduzindo hierarquias históricas sob a aparência de julgamento estético universal.

No caso brasileiro, essa estrutura simbólica se articula a um histórico de exclusão racial. Como demonstra Fonseca (2023), a arte produzida por artistas negros foi, desde o período colonial, classificada como “primitiva” ou inferior, sendo excluída de espaços elitizados de exibição e consagração. Levantamento realizado pelo autor indica, por exemplo, que no acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul apenas 22 artistas negros figuravam entre 1.100 artistas catalogados, representando menos de 2% do total, com apenas uma mulher negra entre eles. Tais dados não evidenciam uma suposta ausência de produção qualificada, mas revelam mecanismos institucionais de consagração que historicamente

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

restringem o acesso ao reconhecimento (Fonseca, 2023).

Nesse sentido, quando se afirma que o mérito artístico é neutro, desconsidera-se que o acesso à formação, aos circuitos de circulação, às redes de validação crítica e aos próprios espaços de exibição sempre foi racialmente hierarquizado. O prêmio, enquanto instância de consagração, não apenas reconhece talentos já visíveis, mas participa ativamente da reprodução dessas assimetrias. É nesse ponto que a discussão sobre ações afirmativas deixa de ser concessão simbólica e passa a ser enfrentamento das condições históricas de exclusão no próprio campo artístico.

Para Bourdieu, a consagração pública, como aquela promovida por premiações, não apenas distingue talentos, mas reafirma posições previamente consolidadas. Assim, critérios estéticos tendem a refletir disposições socialmente formadas e capitais acumulados ao longo do tempo, o que significa que o reconhecimento artístico opera no interior de um campo marcado por assimetrias estruturais. A premiação, portanto, não inaugura desigualdades, mas pode consolidá-las.

Na perspectiva de Fraser (2007), o problema do reconhecimento não se reduz a questões de autoestima ou validação identitária, mas diz respeito a formas de subordinação institucionalizadas. Há falso reconhecimento quando padrões culturalmente legitimados de valoração produzem hierarquias que posicionam determinados grupos como inferiores ou menos legítimos, negando-lhes a condição de parceiros plenos na vida social. O critério normativo central, para a autora, é a paridade de participação: há injustiça quando sujeitos ou coletividades não conseguem disputar posições e legitimidade em condições equivalentes às dos demais.

Nesse ponto, torna-se fundamental distinguir representação de representatividade, pois os termos não são intercambiáveis. Representação refere-se ao poder de decisão. Diz respeito a quem define regras, estabelece critérios, compõe bancas, elabora editais e distribui legitimidade. Já representatividade está ligada à ocupação dos espaços. Refere-se à presença concreta de determinados grupos como participantes, indicados, finalistas ou premiados. É possível haver representatividade sem representação, isto é, sujeitos pertencentes a grupos historicamente excluídos podem ocupar posições visíveis no palco da consagração sem que detenham poder efetivo na definição das regras do jogo.

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

Essa distinção é central para evitar análises superficiais. O aumento da representatividade pode produzir impacto simbólico relevante, mas, se não houver alteração nos espaços de representação, isto é, nos lugares onde decisões são tomadas e critérios são definidos, as hierarquias estruturais tendem a se reproduzir. Nesse cenário, a inclusão pode ocorrer na vitrine, enquanto a arquitetura do campo permanece inalterada.

A exemplo podemos pensar que a premiação é a etapa final de um percurso muito mais longo. Ela consagra aquilo que já conseguiu circular, produzir, acessar recursos, formar equipe, disputar editais e ocupar redes de legitimação. Se artistas negros enfrentam barreiras anteriores no acesso à formação técnica, financiamento, equipamentos, roteirização, produção e difusão de suas obras, a desigualdade não nasce no momento da entrega do troféu. Ela se produz ao longo de toda a cadeia cultural. Nesse cenário, intervir apenas na ponta final pode ampliar visibilidade, mas não resolve o problema de base: quem não dispõe de condições estruturais para criar e fazer sua arte dificilmente chega ao espaço da consagração. A pergunta, portanto, desloca-se do palco para o percurso: que condições materiais e institucionais permitem que determinados sujeitos sequer disputem o reconhecimento?

É nesse contexto que o modelo de status proposto por Fraser (2007) se mostra particularmente produtivo. Ao invés de tratar o reconhecimento como valorização de identidades, a autora propõe compreendê-lo como questão de status social. O que está em jogo não é a celebração de uma identidade específica, mas a garantia de que seus membros possam participar da vida social como pares. Aplicado ao campo cultural, isso implica perguntar se as regras de inscrição, os critérios estéticos, os mecanismos de legitimação e os circuitos de circulação permitem efetiva igualdade de condições. Se tais estruturas permanecem organizadas por padrões históricos excludentes, o reconhecimento conferido na etapa final de uma premiação pode não reconfigurar a hierarquia de status que estrutura o campo.

Premiações culturais, nesse sentido, não são apenas celebrações artísticas, mas dispositivos de consagração que distribuem legitimidade e capital simbólico. Ao implementar ações afirmativas, é necessário examinar em que nível a intervenção ocorre. Se ela se restringe ao momento da consagração final, ampliando o número de premiados pertencentes a grupos historicamente excluídos, pode haver expansão da representação sem que se alterem os critérios e as condições estruturais que produziram a exclusão. À luz do

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

modelo de status, a questão central não é apenas quem foi premiado, mas se a medida adotada contribui para reconfigurar as bases institucionais do campo, promovendo paridade de participação. Caso contrário, corre-se o risco de que a ação afirmativa opere predominantemente como gesto simbólico, produzindo reconhecimento formal sem transformação estrutural.

Quando a intervenção ocorre apenas no momento da consagração, pode haver ampliação de visibilidade, mas não necessariamente redistribuição estrutural de oportunidades. O risco é que a política opere como compensação tardia, reconhecendo trajetórias que enfrentaram barreiras anteriores sem modificar as condições que produziram tais barreiras.

Se o racismo é estrutural, políticas pontuais tendem a produzir efeitos limitados quando não articuladas a transformações institucionais mais amplas. A questão central deixa de ser a intenção da política e passa a ser seu desenho e sua capacidade de incidir sobre as engrenagens que reproduzem a desigualdade. Ações afirmativas restritas ao momento final do reconhecimento enfrentam apenas a manifestação visível do problema, não suas causas profundas.

Essa leitura encontra eco na obra de Carneiro (2023), que enfatiza a exclusão histórica da população negra dos espaços de legitimação social e cultural. Para a autora, o acesso antecede o reconhecimento: antes de disputar prêmios, é necessário disputar o direito à formação, à circulação e à inserção institucional. A ausência histórica de artistas negros em espaços de consagração não pode ser dissociada das barreiras acumuladas ao longo do percurso formativo e profissional. Assim, a introdução de ações afirmativas em premiações deve ser analisada à luz da cadeia completa de produção cultural. Se a desigualdade se instala nos processos de acesso à educação artística, aos editais de fomento e às instituições culturais, a intervenção apenas na etapa final pode corrigir resultados, mas não equalizar condições de partida.

Conforme sistematiza Secchi (2014), política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, possuindo dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema coletivo. Não se trata apenas de uma ação isolada do Estado, mas de uma intervenção orientada por objetivos, construída para alterar uma situação considerada indesejada. Nesse sentido, políticas públicas são instrumentos político-

administrativos que buscam produzir efeitos concretos sobre a realidade social.

Um edital ou uma premiação cultural pode, sim, ser compreendido como política pública, desde que esteja orientado para enfrentar um problema público identificado, como desigualdades estruturais no acesso ao reconhecimento artístico. Nesse caso, o prêmio deixa de ser apenas um evento simbólico e passa a funcionar como instrumento de intervenção estatal no campo cultural. Ele pode assumir caráter regulatório, distributivo ou mesmo redistributivo, dependendo do desenho adotado e dos efeitos pretendidos.

Secchi (2014) organiza a análise das políticas públicas a partir do chamado ciclo de políticas públicas, composto por sete etapas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e eventual extinção. A identificação do problema consiste em reconhecer a discrepância entre o status quo e uma situação considerada desejável. A formação da agenda envolve a decisão de tratar esse problema como prioritário. A formulação de alternativas corresponde à construção dos instrumentos possíveis para enfrentá-lo. A tomada de decisão seleciona uma dessas alternativas. A implementação traduz a decisão em ação concreta. A avaliação examina resultados e impactos.

No caso de uma ação afirmativa inserida em edital ou premiação cultural, a análise sugere que a fragilidade pode residir na etapa de implementação. Mesmo que o problema público tenha sido corretamente identificado, como a sub-representação de artistas negros, e que a alternativa escolhida tenha sido a concessão de pontuação adicional, a implementação pode revelar limitações estruturais. Secchi (2014) alerta que essa fase costuma evidenciar problemas mal formulados, objetivos imprecisos ou instrumentos inadequados. Se a medida incide apenas na etapa final da consagração, sem considerar barreiras anteriores como acesso a formação, financiamento e redes de circulação, a política pode apresentar baixa capacidade de alterar o problema que lhe deu origem. Nesse cenário, há coerência formal entre intenção e instrumento, mas insuficiência estrutural quanto ao alcance transformador.

A discussão sobre implementação pode ser densificada a partir das contribuições de Lahera (2006), que sublinha que não há política pública consistente quando há dissociação entre desenho normativo e capacidade institucional de execução. Em *Política y políticas públicas*, o autor enfatiza que boas políticas exigem coerência interna entre diagnóstico, objetivos, instrumentos e arranjos institucionais, o que significa que a dimensão declaratória

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

da norma não é suficiente: é preciso que os instrumentos escolhidos sejam compatíveis com a complexidade do problema público que se pretende enfrentar.

Se o problema diagnosticado é a desigualdade racial estrutural na cadeia produtiva das artes, a simples atribuição de pontuação adicional no edital pode revelar-se instrumento frágil diante de um fenômeno que opera em múltiplos níveis, da formação ao financiamento, da circulação ao reconhecimento simbólico. Sem parâmetros demográficos claros, indicadores estruturais consistentes e mecanismos de monitoramento, a medida corre o risco de operar como ajuste marginal, incapaz de alterar padrões consolidados de exclusão.

Lahera (2006) também aduz que políticas públicas não são apenas decisões formais, mas processos que articulam política e políticas, isto é, disputas de poder e desenho técnico. Quando há desalinhamento entre intenção normativa e capacidade executiva, instala-se uma lacuna de implementação que compromete a efetividade e pode produzir efeitos simbólicos ambíguos: a política afirma compromisso com a equidade, mas entrega resultados tímidos ou desproporcionais à magnitude do problema.

Nesse sentido, a ausência de critérios proporcionais à realidade racial do setor cultural e a inexistência de metas vinculadas a dados empíricos fragilizam a proporcionalidade da intervenção. A política passa a operar mais como resposta reativa a pressões por legitimidade institucional do que como estratégia estruturante de transformação. O desafio, portanto, não é apenas inserir dispositivos afirmativos no edital, mas construir coerência entre diagnóstico, instrumento e capacidade institucional, sob pena de produzir um reconhecimento formal sem redistribuição efetiva de status e oportunidades.

As cotas são um instrumento específico dentro do conjunto mais amplo das ações afirmativas. Enquanto estas podem assumir diferentes formatos, como bônus, metas ou editais direcionados, as cotas implicam reserva objetiva de vagas ou percentuais para grupos historicamente excluídos. É um mecanismo redistributivo fundamentado no reconhecimento de desigualdades estruturais persistentes.

No contexto brasileiro, a consolidação desse debate está vinculada ao processo político que antecede o governo Lula, mas ganha densidade institucional a partir da incorporação da pauta da igualdade racial como política de Estado. Como observa Lima (2010), as ações afirmativas no Brasil devem ser compreendidas como resultado de um longo

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

processo de construção de agenda, articulando redistribuição e reconhecimento em um cenário marcado por desigualdades raciais persistentes.

Sob a perspectiva das políticas públicas, cotas constituem instrumento de intervenção focalizada. Não se trata de política universal, mas de medida corretiva baseada em diagnóstico empírico de desigualdade. Conforme demonstra Lima (2010), a adoção de ações afirmativas no governo federal ocorreu em áreas estratégicas como educação e saúde, estruturando-se tanto em políticas de reconhecimento identitário quanto em políticas com efeitos redistributivos.

Ao deslocar essa análise para o âmbito estadual, como no caso do Paraná, impõe-se uma pergunta: há uma política estruturada de ação afirmativa com metas, monitoramento e base demográfica consistente, ou há apenas dispositivos pontuais inseridos em editais? A diferença não é meramente formal. Políticas afirmativas consistentes exigem coerência entre diagnóstico, instrumento adotado e objetivos declarados. Quando essa articulação não se verifica, o risco é que o mecanismo opere mais como compensação simbólica do que como política redistributiva efetiva.

Se a premiação cultural representa a etapa final de um processo de produção artística, a intervenção estatal restrita à ponta tende a produzir efeitos limitados. Como a própria trajetória das políticas federais indica, a consolidação da igualdade racial depende de ações estruturantes que incidam sobre formação, acesso a recursos e oportunidades ao longo do ciclo produtivo (Lima, 2010). Caso contrário, mantém-se a desigualdade na base e intervém-se apenas na superfície.

Assim, utilizar cotas no âmbito governamental implica assumir uma escolha normativa clara: reconhecer que desigualdades raciais são estruturais e que a neutralidade formal não é suficiente para corrigi-las. Contudo, essa escolha exige desenho institucional robusto, dados demográficos, metas proporcionais e avaliação periódica de impacto. Sem esses elementos, a política corre o risco de esvaziar sua função redistributiva e reduzir-se a gesto simbólico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O edital da 41ª edição do Troféu Gralha Azul adotou ações afirmativas por meio de indução de nota, mantendo todas as categorias em disputa aberta e acrescentando um ponto

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

à média final de espetáculos com pelo menos 50% de integrantes com mulheres, pessoas negras, povos indígenas, comunidades tradicionais, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e pessoas idosas, mediante autodeclaração. Do ponto de vista do desenho de políticas públicas, trata-se de um instrumento que busca responder a uma demanda social específica, ainda que de forma limitada, ao introduzir a equidade como critério complementar à avaliação estética, nos termos discutidos por Secchi (2014) ao tratar da relação entre problema público, instrumentos e resultados esperados.

Uma deficiência significativa no desenho de políticas afirmativas na premiação reside na ausência de parâmetros demográficos ou normativos legais que orientem a definição de percentuais de ação afirmativa, algo que orienta outras políticas no país. No âmbito federal, por exemplo, a Política Nacional Aldir Blanc prevê percentuais mínimos de cotas em editais de fomento cultural como forma de tornar mais equitativo o acesso aos recursos públicos e às oportunidades de realização cultural.

Em contrapartida, não existe legislação específica que determine percentuais de reserva para grupos historicamente excluídos em premiações culturais, o que torna a definição de instrumentos como a indução de nota altamente dependente de decisões casuísticas e de negociações internas, sem ancoragem empírica. A inclusão de categorias como quilombolas, nômades e outros grupos no edital, por exemplo, não foi apoiada por levantamentos oficiais sobre o tamanho ou distribuição desses grupos na população do Paraná, o que fragiliza a proporcionalidade da medida enquanto instrumento de política pública. Sem um diagnóstico demográfico que sirva de base para definir metas coerentes com a realidade social, a política corre o risco de produzir um efeito simbólico de inclusão sem enfrentar as desigualdades estruturais que marcam o acesso à formação, à produção e ao reconhecimento cultural.

A tensão em torno da premiação não se esgotou na incorporação inicial de ações afirmativas. Persistiram manifestações públicas que passaram a se referir ao troféu como “Gralha Branco”, expressão que sintetiza a percepção de sub-representação de artistas negros entre finalistas, jurados e vencedores. O debate ganhou novo fôlego quando, em cerimônia recente, uma das apresentadoras afirmou que “a gralha é azul”, declaração que, embora aparentemente despreziosa, foi lida por parte do público como desconsideração simbólica

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

das críticas anteriores. A reação nas redes sociais foi imediata, recolocando em pauta a discussão sobre representação racial na premiação.

O conflito extrapolou o campo simbólico. Houve manifestações formais e denúncias encaminhadas ao Ministério Público, questionando a ausência de critérios objetivos de promoção da igualdade racial no edital. Esse deslocamento é relevante: a crítica deixa de ser apenas moral ou discursiva e passa a acionar instâncias institucionais de controle, tensionando o desenho normativo da política cultural.

Em categorias individuais, a avaliação baseada na autodeclaração produziu situações como a concessão do ponto extra a apenas um artista em criações coletivas. Além disso, embora a indução de nota tenha sido definida em diálogo com o sindicato, sua formulação não se apoiou em dados demográficos ou indicadores da população do Paraná, fragilizando sua coerência enquanto política pública e limitando sua capacidade de atuar como correção proporcional de desigualdades estruturais.

Ainda assim, observou-se um aumento no número de artistas negros premiados na edição analisada, o que indica efeitos materiais relevantes, sobretudo considerando que o Troféu Gralha Azul envolve premiação em dinheiro e impacto direto na continuidade profissional. No entanto, à luz da reflexão de Carneiro (2003), esse avanço deve ser compreendido como parcial, uma vez que políticas de reconhecimento que não enfrentam os mecanismos históricos de exclusão no acesso à formação, aos recursos e às instituições tendem a operar como respostas tardias, incapazes de desmontar as desigualdades estruturais que antecedem o momento da consagração.

Em 2026, diante desse cenário, o edital da 41ª edição foi submetido a consulta pública. Esse movimento pode ser interpretado como tentativa de ampliar a legitimidade do processo decisório e responder às pressões por maior transparência e participação social. Contudo, a abertura de consulta, por si só, não resolve a questão central. A pergunta que permanece é se o mecanismo adotado enfrenta estruturalmente as desigualdades de acesso ao sistema cultural ou se atua apenas na etapa final da premiação.

Do ponto de vista das políticas públicas, o episódio evidencia um problema clássico de implementação. Quando o diagnóstico social aponta desigualdade racial persistente, mas os instrumentos escolhidos não produzem alteração perceptível na composição dos

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

reconhecidos, a política tende a ser percebida como insuficiente. A crise simbólica do “Gralha Branco” indica que a disputa não é apenas por visibilidade, mas por redistribuição efetiva de oportunidades ao longo da cadeia produtiva da cultura.

Assim, mais do que um conflito episódico, o caso evidencia uma disputa por legitimidade institucional. A consulta pública de 2026 representa um momento decisivo: ou consolida um redesenho mais consistente da política, com critérios claros e monitoramento, ou reforça a percepção de que as mudanças são reativas às pressões, e não estruturais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

A análise do caso evidencia que a controvérsia em torno da premiação não pode ser reduzida a um episódio isolado de tensão simbólica. O que se observa é uma disputa mais profunda sobre legitimidade institucional, critérios de justiça distributiva e efetividade de instrumentos de ação afirmativa no campo cultural. A reação pública, as denúncias encaminhadas ao Ministério Público e a abertura de consulta pública em 2026 indicam que a premiação deixou de ser apenas um rito de reconhecimento artístico e passou a ser compreendida como dispositivo de política pública, sujeito a escrutínio social e jurídico.

Do ponto de vista do desenho institucional, um dos principais limites identificados reside na ausência de parâmetros demográficos e normativos que orientem a definição de percentuais ou mecanismos de correção. Diferentemente de políticas como a Política Nacional Aldir Blanc, que estabelece percentuais mínimos em editais de fomento, as premiações culturais estaduais não possuem legislação específica que determine critérios proporcionais baseados na composição populacional. A inclusão de categorias como quilombolas ou outros grupos vulnerabilizados, sem diagnóstico quantitativo consistente sobre sua presença no setor cultural paranaense, fragiliza a coerência entre problema identificado e instrumento adotado. Sem dados, a política oscila entre intenção redistributiva e gesto simbólico.

Além disso, a intervenção concentrada na etapa final da cadeia produtiva cultural revela um limite estrutural. Se artistas negros enfrentam barreiras anteriores no acesso à formação, financiamento, circulação e profissionalização, a premiação, isoladamente, não altera a desigualdade na base do sistema. A tensão em torno do chamado “Gralha Branco” sugere que o reconhecimento público, quando não acompanhado de políticas estruturantes ao longo do ciclo cultural, tende a produzir frustração e descrédito. A crise não é apenas

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

estética ou retórica; é distributiva.

Nesse sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de deslocar o foco analítico da premiação enquanto evento para a política cultural enquanto arranjo sistêmico. Torna-se fundamental investigar como se dá a distribuição de recursos nos editais de fomento, qual é a composição racial dos proponentes e contemplados, quais redes de circulação concentram visibilidade e como operam os mecanismos informais de seleção no campo cultural paranaense. Sem essa análise ampliada, corre-se o risco de atribuir à premiação uma responsabilidade que é, na verdade, de todo o ecossistema cultural.

Como agenda para pesquisas futuras, impõe-se ao menos quatro caminhos. Primeiro, realizar um levantamento quantitativo da presença racial no setor cultural do Paraná, articulando dados do IBGE, cadastros culturais e resultados de editais. Segundo, analisar o ciclo completo da política cultural estadual, identificando em que etapas se concentram as maiores assimetrias. Terceiro, examinar os processos de implementação e monitoramento das ações afirmativas em editais culturais, verificando sua coerência com o diagnóstico social. Por fim, investigar a recepção pública dessas medidas, compreendendo como artistas e sociedade civil percebem sua legitimidade e seus efeitos concretos. Somente com esse aprofundamento empírico será possível avaliar se as ações adotadas configuram política redistributiva consistente ou resposta reativa a disputas por reconhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANAJI, Shakuntala. **Racismo e orientalismo**: o papel da mídia. Tradução de Mayara Bernardes e Lucianna Furtado. In: CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). *Vozes Negras em Comunicação*. 1. ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2019. p. 39-54.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/JwvFBqdKJnvndHhSH6C5ngr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FONSECA, Anderson. **Arte, discriminação e negritude**. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 10, n. 12, p. 133–143, 2023.

# I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

## Artigo Completo

LAHERA P., Eugenio. **Política y políticas públicas**. Santiago de Chile: Naciones Unidas; CEPAL, División de Desarrollo Social, 2006. (Serie Políticas Sociales, n. 95). ISBN 92-1-322570-9. ISSN 1564-4162. LC/L.2176-P.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 87, p. 77-95, jul. 2010.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Centro Cultural Teatro Guaíra. **Edital de Concurso nº 01/2025 – CCTG: Prêmio Troféu Gralha Azul – 41ª edição/2024 – edição comemorativa dos 50 anos do Troféu Gralha Azul**. Curitiba: CCTG, 2025. Disponível em: [https://www.teatroguaira.pr.gov.br/sites/teatro-guaira/arquivos\\_restritos/files/documento/2025-01/edital\\_concurso\\_01.2025\\_-\\_premio\\_trofeu\\_gralha\\_azul.pdf](https://www.teatroguaira.pr.gov.br/sites/teatro-guaira/arquivos_restritos/files/documento/2025-01/edital_concurso_01.2025_-_premio_trofeu_gralha_azul.pdf). Acesso em: 26 fev. 2026.

SECCCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.